

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	17
Capítulo I — PERFIL JURÍDICO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	19
1. Natureza da Lei de Introdução.....	21
2. Conteúdo e funções da Lei de Introdução	23
3. Lei de Introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas	24
4. Lei de Introdução e a vigência espaciotemporal da norma.....	31
5. Normas de direito internacional privado contidas na Lei de Introdução.....	36
Capítulo II — ANÁLISE TEÓRICO-CIENTÍFICA DA LEI DE INTRODUÇÃO	59
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	61
<i>Art. 1^o</i>	
1. Lei como fonte jurídica formal	62
2. Lei como resultado da atividade legislativa.....	63
3. Processo legislativo como fonte legal.....	64
4. Executoriedade e obrigatoriedade da lei.....	66
5. Aspectos essenciais da validade e delimitação conceitual de vigência, eficácia e fundamento	68
6. Princípio da vigência sincrônica e <i>vacatio legis</i>	73
7. Cômputo do prazo de <i>vacatio legis</i>	75
8. Prazo para entrada em vigor da lei brasileira no estrangeiro.....	75
9. Obrigatoriedade da lei revogada durante a <i>vacatio legis</i>	77
10. Sujeição à lei nova antes de finda a <i>vacatio legis</i>	78
11. Questão da aplicabilidade do prazo da <i>vacatio legis</i> a decretos, regulamentos e outras normas obrigatórias.....	78

12. Lei n. 2.145/53 e o art. 1º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	80
13. “Errata”	80
14. Vigência do ato administrativo e de lei tributária	83
15. Inaplicabilidade do art. 1º, § 2º	83
16. Objeto do dispositivo legal <i>sub examine</i>	83

Art. 2º

1. Hipóteses de cessação da vigência normativa.....	85
2. Caducidade, desuso e costume negativo	86
3. Revogação.....	87
4. Possibilidade da existência de antinomias aparentes e reais.....	92
5. Critério hierárquico.....	93
6. Critério cronológico.....	95
7. Critério da especialidade.....	96
8. Antinomias de segundo grau e metacritérios para sua solução.....	100
9. Critérios para a resolução dos conflitos entre normas de direito internacional público.....	103
10. Princípios solucionadores dos conflitos entre norma de direito internacional público e norma de direito interno	104
11. Repristinação	105

Art. 3º

1. Obrigatoriedade da norma	106
2. <i>Exceptio ignorantiae juris</i>	108
3. Possibilidade de escusabilidade do <i>error juris</i>	111

Art. 4º

1. Integração e o problema das lacunas no direito	115
2. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas	115
3. Questão da existência das lacunas	116
A) Considerações gerais	116
B) Lacuna como problema inerente ao sistema jurídico	117
C) Lacuna como problema de jurisdição.....	123
D) Aporia das lacunas.....	129
4. Constatação e preenchimento das lacunas	132
A) Identificação da lacuna	132
B) Meios supletivos das lacunas.....	133
b.1) Analogia	133
b.2) Costume.....	142
b.3) Princípios gerais de direito.....	147
b.4) Equidade.....	155



Art. 5^o

1. Utilidade prática do art. 5 ^o	161
2. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação.....	167
3. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério hermenêutico.....	173
4. Técnicas interpretativas.....	178
5. Técnica interpretativa teleológica e integração da lacuna ontológica e axiológica.....	185
6. Fim social.....	188
7. Bem comum.....	190
8. Efeitos do ato interpretativo.....	194
9. Papel da ideologia na aplicação jurídica.....	197
10. Discrecionariade judicial.....	199

Art. 6^o

1. Relação entre irretroatividade das leis, eficácia e teoria dogmática da incidência normativa.....	202
2. Ato jurídico perfeito.....	208
3. Direito adquirido.....	211
4. Coisa julgada.....	217
5. Critérios para a aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade.....	224

Art. 7^o

1. Doutrina da extraterritorialidade e estatuto pessoal.....	230
2. <i>Lex domicilii</i>	231
3. Estado civil e lei domiciliar.....	243
4. <i>Lex loci celebrationis</i> e casamento.....	274
5. Casamento de estrangeiros perante autoridade diplomática ou consular.....	277
6. Invalidade de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes.....	279
7. Declaração da putatividade do casamento nulo ou anulável.....	281
8. Casamento de funcionário diplomático ou consular.....	283
9. Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre cônjuges.....	283
10. Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado.....	285
11. Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil..	288
12. Domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal.....	290
13. Adômide e concurso sucessivo de elementos de conexão.....	292
14. Alguns subsídios jurisprudenciais relativos ao art. 7 ^o da Lei de Introdução.....	308

A) <i>Lex loci celebrationis</i> e prova do casamento.....	308
B) Casamento de brasileira com estrangeiro.....	308
C) Casamento religioso de pessoas estrangeiras e seus efeitos.....	308
D) Casamento consular.....	309
E) Casamento de diplomata.....	309
F) Regime matrimonial de bens.....	310
G) Naturalização e pacto antenupcial.....	312
H) Invalidade de casamento.....	312
I) Casamento putativo.....	312
J) Divórcio no exterior.....	313
K) Homologação de sentença estrangeira.....	313
L) Domicílio de origem.....	315
M) Lei domiciliar na Lei de Introdução.....	315

Art. 8^o

1. Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterritorialidade.....	316
2. Conflito interespacial alusivo aos direitos reais: <i>lex rei sitae</i> e <i>ius in re</i>	316
3. Extraterritorialidade e regime de bens móveis sem localização permanente.....	319
4. Penhor e <i>ius domicilii</i>	320

Art. 9^o

1. <i>Locus regit actum</i> e <i>ius ad rem</i>	321
2. Exceções à aplicação da <i>lex loci celebrationis</i>	328
3. Exequibilidade da obrigação no território brasileiro e <i>lex loci executionis</i>	331
4. Obrigação contratual <i>inter absentes</i> e residência do proponente.....	332
5. Dados jurisprudenciais.....	334
A) Contrato de trabalho em repartições diplomáticas.....	334
B) Competência da lei do pavilhão no contrato de trabalho marítimo.....	334
C) Prestação de serviço estrangeiro no Brasil.....	335
D) Transferência de empregado para o Brasil.....	335
E) Rescisão de contrato no exterior.....	335
F) Competência para julgar ações trabalhistas contra empresa estrangeira em liquidação.....	335

Art. 10

1. Teoria da unidade sucessória.....	336
2. Lei do domicílio do <i>de cuius</i> na sucessão <i>causa mortis</i>	338
3. Comoriência.....	341

4. Morte presumida e sucessão	342
5. Lei disciplinadora da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário.....	343
6. Execução de testamento feito no exterior	347
7. Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros.....	354
8. Adendo jurisprudencial.....	358
A) Lei aplicável à sucessão.....	358
B) Juízo competente para processar inventário de estrangeiro.....	358
C) Inventariança.....	359
D) Forma de testamento.....	359
E) Invalidade de testamento	359
F) Execução de testamento no Brasil.....	360
G) Herança jacente e ascendente no exterior.....	360
H) Sucessão aberta no estrangeiro.....	360
I) Capacidade para suceder	360

Art. 11

1. Lei do lugar da constituição da sociedade ou fundação.....	362
2. Condição para abertura de filiais, agências ou estabelecimentos de pessoa jurídica estrangeira no Brasil	370
3. Restrições à aquisição, ao gozo e exercício de direito real no território nacional pelas pessoas jurídicas de direito público	373
4. Exceção à incapacidade aquisitiva de imóveis por governos estrangeiros.....	374
5. Jurisprudência	375

Art. 12

1. Critério de determinação da competência internacional e a questão do conflito de jurisdição.....	376
2. Territorialidade das leis de organização e competência dos tribunais ...	383
3. Direito do estrangeiro ao acesso aos tribunais brasileiros e a <i>cautio judicatum solvi</i>	384
4. Competência estrangeira eventual e <i>forum prorogatae jurisdictionis</i> .	385
5. Competência geral brasileira necessária e <i>forum rei sitae</i>	387
6. <i>Exequatur</i> de <i>litterae requisitoriales</i> e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade competente	388
7. Subsídios jurisprudenciais	391
A) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	391
B) Competência internacional da autoridade judiciária brasileira ..	393
C) Incompetência da justiça brasileira	393
D) Competência de justiça de país estrangeiro.....	394

E) Incompetência da justiça estrangeira.....	394
F) Carta rogatória.....	395
G) Revogação de <i>exequatur</i> de carta rogatória.....	395

Art. 13

1. Princípio da territorialidade e prova dos fatos ocorridos no exterior ..	395
2. <i>Onus probandi</i> , meios de prova e modos de produção da prova	396
3. <i>Lex loci e lex fori</i>	397
4. Apreciação das provas e inadmissibilidade de prova desconhecida pelo direito pátrio.....	398

Art. 14

1. Princípio <i>iura novit curia e ius communis</i>	399
2. Meios de prova do direito estrangeiro aplicável	401
3. Teoria da remissão receptícia e teoria das normas sobre produção jurídica	403
4. Soluções doutrinárias ante a impossibilidade de se conhecer o direito alienígena.....	404

Art. 15

1. Eficácia da decisão judicial limitada à jurisdição de sua prolação ..	406
2. Diferentes critérios sobre o problema da eficácia jurídica e da força executiva de sentença estrangeira	408
3. <i>Actio iudicati e exequatur</i>	410
4. Requisitos para execução de sentença estrangeira no Brasil	411
5. Juízo de delibação.....	422
6. Questão da dispensa da homologação de sentença estrangeira meramente declaratória de estado de pessoa	425
7. Desnecessidade do juízo de delibação para o cumprimento de carta rogatória estrangeira e de título executivo extrajudicial	429
8. Jurisprudência	431
A) Indeferimento e deferimento de homologação de sentença arbitral ..	431
B) Recusa de homologação de sentença estrangeira: falta de prova do trânsito em julgado, citação irregular e incompetência do juiz	433
C) Finalidade da homologação.....	434
D) Homologação de sentença para execução de testamento	435
E) Homologação de sentença que decreta falência	436
F) Sentença declaratória de estado.....	436
G) Sentença estrangeira proferida em ação contenciosa de pesquisa de paternidade	437

H) Homologação e a questão de invalidade de casamento	437
I) Separação judicial e sua homologação	437
J) Homologação de sentença de divórcio	439
K) Homologação de sentença estrangeira sobre guarda provisória de menor e a questão da proibição da análise do mérito	440
L) <i>Exequatur</i> de carta rogatória	441

Art. 16

1. Resolução dos conflitos de qualificação de relações jurídicas.....	444
2. Teoria do reenvio (<i>Gesamtverweisung</i>)	447
3. Teoria da referência do direito material estrangeiro (<i>Sachnormverweisung</i>) e proibição do retorno.....	449
4. Dado jurisprudencial.....	452

Art. 17

1. Limites à extraterritorialidade da lei.....	452
2. Soberania nacional.....	454
3. Ordem pública	456
4. Bons costumes	462
5. Instituição jurídica desconhecida.....	463
6. Jurisprudência	464
A) Efeitos de sentença estrangeira de divórcio anterior à Lei n. 6.515/77, em atenção à ordem pública e aos bons costumes.....	464
B) Fraude à lei ocorrida antes da Lei do Divórcio	465
C) Inaplicabilidade de lei estrangeira contrária à nacional	466
D) Casamento no exterior e impedimento dirimente absoluto	466

Art. 18

1. Competência do cônsul e lei reguladora dos atos por ele praticados..	467
2. Celebração de casamento de brasileiros perante autoridade consular e sua prova	469
3. Subsídios jurisprudenciais	471
A) Legalização de certidão de nascimento pelo cônsul.....	471
B) Legalização de cambial no consulado	472
C) Casamento de brasileiros perante autoridade do registro civil de país estrangeiro	472
D) Casamento de estrangeiros no exterior e ulterior naturalização brasileira de ambos	472
E) Casamento no exterior entre brasileiro e estrangeira.....	472



Art. 19

1. Validade de casamento consular de brasileiros não domiciliados no Brasil..... 473
2. Renovação de pedido para celebração de casamento consular de nacionais domiciliados no exterior 474

Capítulo III — IMPORTÂNCIA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS
NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO 475

Anexos

1. Projeto de Lei n. 243/2002..... 481
2. Projeto de Lei n. 269/2004..... 491
3. Projeto de Lei n. 6.303/2005..... 498
4. Projeto de Lei n. 791/2007..... 499
5. Lei n. 12.376/2010..... 501

Bibliografia 503